



Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Denise Pereira
(Organizadora)

Denise Pereira

(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C198 Campos de saberes da história da educação no Brasil 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-455-9
DOI 10.22533/at.ed.559190507

1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O BORDADO NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Isabella Brandão Lara Ana Maria de Oliveira Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.5591905071	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	
Bruna Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.5591905072	
CAPÍTULO 3	25
A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS	
Ana Paula Giavara	
DOI 10.22533/at.ed.5591905073	
CAPÍTULO 4	39
DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL	
Dehon da Silva Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.5591905074	
CAPÍTULO 5	52
ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS: A EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Priscila Lopes d’Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.5591905075	
CAPÍTULO 6	61
O PROCESSO INQUISITORIAL 8064 À LUZ DA MICRO-HISTÓRIA	
Guilherme Marchiori de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.5591905076	
CAPÍTULO 7	71
OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA: O CASO DO <i>LEPROSÁRIO</i> CEARENSE ANTÔNIO DIOGO (1928-1939)	
Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.5591905077	
CAPÍTULO 8	82
PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O ESTUDO DO MEIO COMO PRÁTICA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcos Rafael da Silva Tathianni Cristini da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5591905078	

CAPÍTULO 9	92
DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA A (RE)INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DOS MUSEUS	
Wagner Lucas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5591905079	
CAPÍTULO 10	101
O MITO LUSITANO DO LICANTROPO E SUA HERANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Maximiliano Ruste Paulino Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050710	
CAPÍTULO 11	111
A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA	
Reginaldo José da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050711	
CAPÍTULO 12	124
A INFLUÊNCIA DOS TUTORES NA EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS EM MARIANA (1790-1822)	
Leandro Silva de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.55919050712	
CAPÍTULO 13	131
A LEITURA DAS ATAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (1964 – 1985)	
Flávio William Brito Matos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050713	
CAPÍTULO 14	142
O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892	
Danilo Arnaldo Briskievicz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050714	
CAPÍTULO 15	155
A POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS MANUFATURAS TÊXTEIS EM PORTUGAL SÉCULO XVII: DOS DISCURSOS DE DUARTE RIBEIRO DE MACEDO À GESTÃO DO 3º CONDE DA ERICEIRA	
Alex Faverzani da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050715	
CAPÍTULO 16	172
AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE ISAÍAS CAMINHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E LITERATURA NA PRODUÇÃO DO ESCRITOR LIMA BARRETO	
Carlos Alberto Machado Noronha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050716	

CAPÍTULO 17	181
A PROCESSUALIDADE DE UMA POLÍTICA COOPERATIVA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
Reginaldo Célio Sobrinho	
Edson Pantaleão	
Giselle Lemos Shmidel Kaustsky	
DOI 10.22533/at.ed.55919050717	
CAPÍTULO 18	190
CONHECIMENTOS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: BASE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
Reginaldo Celio Sobrinho	
Edson Pantaleão Alves	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050718	
CAPÍTULO 19	199
DIREITOS SOCIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS	
Monica Isabel Carleti Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050719	
CAPÍTULO 20	210
CENTROS DE PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL	
Bárbara Birk de Mello	
Luiz Antonio Gloger Maroneze	
DOI 10.22533/at.ed.55919050720	
CAPÍTULO 21	221
DESAPRENDENDO O JÁ SABIDO: O “ESTADO NOVO” NO EMBALO DO SAMBA	
Adalberto Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050721	
CAPÍTULO 22	238
CINEMA, CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NA VISÃO DO CINEASTA HUMBERTO MAURO	
Sérgio César Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050722	
CAPÍTULO 23	248
DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970	
Renata dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050723	
CAPÍTULO 24	259
O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL	
Douglas José Gonçalves Costa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050724	

CAPÍTULO 25	269
ROTAS DE TEATRO, BRASIL E PORTUGAL: ENCENAÇÕES, ENGAJAMENTO E CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS ANOS 1960 E 1970	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050725	
CAPÍTULO 26	281
FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD	
Isabela G. Parucker	
DOI 10.22533/at.ed.55919050726	
CAPÍTULO 27	290
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
DOI 10.22533/at.ed.55919050727	
CAPÍTULO 28	301
NO SÉCULO XVIII, OS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	
Gilian Evaristo França Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050728	
CAPÍTULO 29	316
A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA	
Rosemary Pinheiro Da Paz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050729	
CAPÍTULO 30	329
UMA VISÃO DOS INDÍGENAS DO SUL DE MINAS NOS RELATOS DE ALGUNS MEMORIALISTAS	
Gustavo Uchôas Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.55919050730	
CAPÍTULO 31	340
INTERCÂMBIO DE IDEIAS: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ARTHUR RAMOS E MELVILLE HERSKOVITS (ACERCA DA CULTURA AFRO-AMERICANA, 1935-1949)	
Heloísa Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050731	
CAPÍTULO 32	352
ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA	
Jefferson Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050732	

CAPÍTULO 33 363

ESMERALDINAS, CREMILDAS E LOURDES:TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ (2005-2016)

João Marinho da Rocha

Marilene Correa da Silva Freitas

DOI 10.22533/at.ed.55919050733

SOBRE A ORGANIZADORA..... 372

A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS

Ana Paula Giavara

Instituto Educacional de Assis – IEDA

RESUMO: Mediante a adoção do recurso metodológico “estado da arte”, o objetivo do presente trabalho é analisar a maneira como a reforma curricular *São Paulo faz escola* (2008-2018) para a disciplina de História, conduzida pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo SEE-SP, foi recepcionada pelos participantes dos Encontros da Associação Nacional de História – ANPUH-SP, realizados bianualmente entre os anos de 2008 a 2016. De tal forma, busca-se compreender o posicionamento do meio acadêmico ante as políticas educacionais paulista para o ensino de História. Para tanto, foram escolhidas como fontes de investigação as comunicações apresentadas em Seminários Temáticos – ST de Ensino de História, cujos títulos fizeram referência ao *São Paulo faz Escola*, além de outras atividades pertinentes a reforma curricular em questão, como mesas redondas e fóruns de graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Associação Nacional de História – ANPUH; Ensino de História; *São Paulo faz escola*.

ABSTRACT: Through the adoption of the methodological resource “state-of-the art”, the

objective of the present work is to analyze the way in which the curricular reform *São Paulo faz escola* (2008-2018) for the discipline of History, conducted by the Secretaria de Estado da Educação de São Paulo SEE-SP, was received by the participants of the Associação Nacional de História – ANPUH-SP Meetings, conducted biannually between the years 2008 and 2016. Aims to understand the positioning of the academic environment in relation to educational policies for the teaching of History. Will be analyzed the communications presented at Thematic Seminars of History Teaching, whose titles made reference to *São Paulo faz escola*, as well as other activities pertinent to the curricular reform in question.

KEYWORDS: Associação Nacional de História – ANPUH; History teaching; *São Paulo faz Escola*.

1 | A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: UM HISTÓRICO DE PARTICIPAÇÃO

Em fins da década de 1970 e início dos anos de 1980 no Brasil, foram iniciados inúmeros debates pertinentes ao ensino de História. Tais discussões transcenderam os muros escolares e, de maneira mais ampla, alicerçaram-se no processo de redemocratização política nacional. Entre as demais disciplinas curriculares,

a História foi o centro das atenções, sobretudo, por seu teor crítico e reflexivo em relação às questões sociais vigentes. Assim, os saberes históricos tornaram-se alvo de intervenções não apenas de historiadores e educadores, mas de outros atores sociais. Como observa Cordeiro (2000, p.29),

[...] o ensino de História, apresenta-se como lugar de interseção de campos distintos o da produção do conhecimento histórico propriamente dito. Fornecedor dos conteúdos e dos fundamentos teóricos do que se deve ser ensinado; o da pedagogia, formulador dos métodos e dos estudos sobre as etapas do desenvolvimento psicológico da aprendizagem, sobre a motivação etc.; e, finalmente, o da política, na medida em que no ensino de História são formulados e/ou transmitidos certos padrões ideológicos que servirão como ponto de referência para a construção da identidade social. Assim sendo, a discussão sobre o ensino de História está aberta à intervenção não apenas de historiadores e professores de História, mas também á de pedagogos, psicólogos, agentes do Estado, políticos, jornalistas, etc.

A efervescência dessas discussões fez emergir diversas publicações dedicadas à História como campo de conhecimento acadêmico e como disciplina escolar. Entre as publicações do período estiveram os *Cadernos de Pesquisa*, as coleções *Tudo é História* e *Primeiros Passos*, todas da Editora Brasiliense. Na *Revista Ande – Associação Nacional de Educação*, por exemplo, discutia-se o papel do ensino de História no processo de retomada dos direitos democráticos civis (CORDEIRO, 2000).

No contexto paulista, mereceu destaque a atuação de professores e pesquisadores nos Encontros da Associação Nacional de História – ANPUH. Criada em 1961, na cidade de Marília-SP, a então chamada Associação dos Professores Universitários de História – APUH teve como objetivos primordiais a profissionalização do ensino e da pesquisa em História e o combate à tradição não-acadêmica e autodidata nas salas de aula. Ao longo da década de 1970, os temas discutidos e a base de associados ampliaram-se. Os Encontros passaram a incluir catedráticos de outras áreas, professores da Educação Básica, bem como alunos de graduação.

A ideia de criar uma associação vinculava-se à necessidade de articular as ações e unificar o processo de formação do historiador brasileiro. Para Canabrava (1981, p. 1), o contexto “pré-simpósiano” distinguia-se por não apresentar posição definida, “[...] pouco conhecimento do que se estava efetuando ou planejando em outras Faculdades, falta total de ocasiões para o encontro dos colegas das várias regiões do país”. Segundo Lapa (1976, p.182), a reunião de 1961 legou para os Encontros futuros um crescente enriquecimento da experiência universitária e a elevação do padrão científico do trabalho do professor. Segundo o autor,

Elevados a nível superior com a criação das Faculdades de Filosofia, a partir de 1934, os estudos históricos levaram nada menos que 27 anos para assistir a uma reunião, de âmbito nacional, em que se fizesse um exame retrospectivo de sua evolução, mediante a troca de experiências na docência e na pesquisa, o contato entre profissionais das diversas universidades e faculdades isoladas do Brasil, e apresentação de comunicações de interesse para os que dentro da universidade

No entanto, Lapa (1976, p. 186) justificou a limitação das ações da ANPUH em sua primeira década de existência pela insuficiência de recursos, já que não havia subsídios governamentais, tampouco auxílio das faculdades ou associados, o que sobrecarregava a atuação dos membros da presidência e da secretaria. A escassez orçamentária também foi responsável pela periodicidade irregular e pela distribuição geográfica ineficaz dos Simpósios, de modo que as regiões mais necessitadas, do ponto de vista do autor, não participavam das discussões.

Nascida com o intuito de discutir questões próprias do ensino superior, a ANPUH, inicialmente, concentrou esforços para pensar a expansão da Universidade brasileira sobre os pilares do autogoverno e da qualidade ofertada. O curso de graduação em História carecia de incentivo à pesquisa, além de remodelações em seu padrão pedagógico, administrativo e curricular. Nos anos 1960, os assuntos concernentes ao ensino da disciplina nos 1º e 2º graus não eram relevantes para Associação, condição a ser revertida na década seguinte.

A partir de 1970, por influência da ampliação da base de associados nos Encontros da Associação, ocorreu a expansão do debate para outros níveis de ensino. O foco das discussões anpuhanas passou a compreender as políticas curriculares para a disciplina de História na escola. A principal crítica de pesquisadores e professores direcionava-se à reforma curricular preconizada pelos militares, em 1971, para os 1º e 2º graus de ensino. Na visão da ANPUH, esse processo reformista foi considerado limitante da autonomia dos sujeitos educacionais e supressor dos saberes históricos escolares.

Como continuação desse processo, durante o 11º Simpósio da ANPUH em 1981, as atenções voltaram-se para a responsabilidade social e política da disciplina de História e para a urgência em promover o desmembramento da disciplina de Estudos Sociais em História e Geografia. No biênio 1983-1985, as discussões abordaram, inclusive, assuntos relacionados à formação de professores, condições de trabalho, financiamento educacional, situação social e salarial de docentes e discentes e direito à educação (CORDEIRO, 2000).

Acredita-se que a atuação da ANPUH entre as décadas de 1960 e 1980 foi significativa para o amadurecimento de questões relacionadas à História como prática profissional, como campo do conhecimento acadêmico e como disciplina escolar. Daquele contexto até a contemporaneidade, os Encontros e Simpósios da Associação foram se configurando como lugares férteis para discussão de temas em voga nas Universidades e na prática escolar. Todas essas questões encontram-se contempladas no atual Estatuto da Associação, vigente desde 1993.

histórica e das demais atividades relacionadas ao ofício do historiador. Parágrafo primeiro - No cumprimento de seus objetivos, a ANPUH poderá por si ou em cooperação com terceiros: (a) Desenvolver o estudo, a pesquisa e a divulgação do conhecimento histórico; (b) Promover a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos; (c) Promover a defesa do livre exercício das atividades dos profissionais de História; (d) Representar a comunidade dos profissionais de História perante instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores, entidades científicas ou acadêmicas; (e) Promover o intercâmbio de idéias entre seus associados por meio de reuniões periódicas e publicações, procurando também irradiar suas atividades por meio de suas Seções Estaduais; (f) Editar e publicar a Revista Brasileira de História e a revista História Hoje, bem como quaisquer outras publicações compatíveis com o objetivo da Associação. (Disponível em: <http://anpuh.org/estatuto>. Acesso em 20 mai. 2018)

A partir desses desígnios, interessa identificar e compreender os debates que envolvem o ensino de História na atualidade. Qual o posicionamento do meio acadêmico ante as políticas educacionais empreendidas pelo Estado contemporâneo? De maneira mais específica, busca-se analisar a maneira como a reforma curricular *São Paulo faz escola* (2008-2018) para a disciplina de História, conduzida pela Secretaria de Secretaria de Estado da Educação de São Paulo SEE-SP, foi recepcionada entre os professores e pesquisadores reunidos nos Encontros bianuais da ANPUH entre os anos de 2008 a 2016.

A reforma curricular paulista foi efetuada pela distribuição de currículos padronizados e de materiais didáticos apostilados (*Cadernos do Professor e Cadernos do Aluno*) para todas as disciplinas do ensino fundamental – ciclo II e ensino médio estaduais. Para a disciplina de História, a política *São Paulo faz escola* foi concretizada por dois documentos: a *Proposta Curricular de História* (SÃO PAULO, 2008), publicada pela SEE-SP em 2008 e o *Currículo de História do Estado de São Paulo* (SÃO PAULO, 2010), publicado em 2010, apresentado pela Secretaria como uma reformulação do primeiro documento feita a partir das experiências de trabalho dos professores e vigente nas escolas estaduais até a atualidade.

Para cumprir os objetivos propostos, foram escolhidas como fontes de investigação as comunicações apresentadas nos Seminários Temáticos – ST de Ensino de História dos Encontros da ANPUH-SP em 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016, cujos títulos fizessem referência ao *São Paulo faz escola*. Dessas reuniões também foram investigadas outras atividades pertinentes à reforma curricular em questão, como mesas redondas e fóruns de graduação.

2 | A REPERCUSSÃO DA REFORMA CURRICULAR SÃO PAULO FAZ ESCOLA NOS ENCONTROS DA ANPUH-SP

Seguindo o caminho delineado pelo recurso metodológico “estado da arte” (FERREIRA, 2002) e tendo em vista a periodicidade da pesquisa, foram selecionadas nos Encontros as comunicações científicas e as atividades, como mesas redondas e fóruns de graduação, cujos títulos fizeram referência ao *São Paulo faz escola*. A

análise do texto completo dessas comunicações, localizado nos *Anais dos Encontros Estaduais* buscou apreender as principais críticas e propostas contidas no pensamento dos autores, estabelecendo entre elas aproximações e distanciamentos. Trata-se de uma compreensão plural da repercussão do *São Paulo faz escola* no debate anpuhano.

A primeira repercussão da reforma curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História nas discussões da ANPUH-SP foi localizada no artigo *O Currículo Bandeirante: a proposta curricular de História no Estado de São Paulo* (CIAMPI et al., 2009). As asserções dessa publicação foram fruto do debate estabelecido durante o Grupo de Trabalho – GT de Ensino de História e Educação da ANPUH-SP, em 2008. Ao longo de sua trajetória, esse GT dirigiu diferentes projetos de formação continuada de professores e, mais recentemente, conduz as “Oficinas de Ensino de História” e as “Jornadas de Ensino”.

A intenção do GT Ensino de História, Secção São Paulo, evitando qualquer atitude demagógica e/ou populista, move-se na intenção de, ao analisar o documento, discutir uma questão crucial aos profissionais de História do estado: o que significa ensinar História hoje, com base na proposta curricular para a rede pública de São Paulo? (CIAMPI et al., 2009, p. 362)

A partir da análise de vídeos disponibilizados no endereço eletrônico da SEE-SP e de materiais didáticos distribuídos às escolas, o objetivo da publicação do GT foi “[...] discutir os impasses criados para a profissionalização do docente de história e para o aprendizado de crianças, jovens e adultos” no processo de retomada da hegemonia educacional paulista (CIAMPI et.al., 2009, p. 362).

Para o grupo de pesquisadores anpuhanos, a reforma curricular implementada pela Secretaria vinculava-se a um projeto identitário mais amplo. Em uma ação que pode ser comparada às incursões bandeirantes do século XVIII,

O título do projeto, “São Paulo faz escola”, é adequado aos objetivos a serem alcançados pelo governo. Uma imagem, aliás, que visa retomar a centralidade perdida pela educação paulista no conjunto da nação, expressa nos últimos resultados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), bem como nas avaliações nacionais, nas quais o desempenho desse estado ficou abaixo do esperado. A retomada do projeto ‘empreendedor’ do estado de São Paulo na educação é a de um bandeirantismo em descompasso com o seu papel de protagonista do desenvolvimento industrial, tecnológico e cultural do país. Esta imagem não visa caricaturar a atuação do governo paulista na área de educação, mas mostrar a forma como o imaginário político sobre a região é retomado historicamente para fortalecer sua identidade coletiva, principalmente em momentos de crise institucional. (CIAMPI et al., 2009, p. 366)

Mediante a melhoria do desempenho dos alunos em avaliações externas, a SEE-SP almejou devolver a ideia de pioneirismo e prestígio que historicamente esteve atrelada ao passado paulista. Como uma continuidade das reformas dos anos 1990, o núcleo da ação reformista *São Paulo faz escola* foi a padronização curricular empreendida mediante a distribuição de materiais didáticos na rede de ensino. Também como

um prosseguimento das políticas do passado, esteve o fomento de uma “cultura de avaliação” na rede pública de ensino e a concessão de uma pretensa autonomia aos professores e gestores paulistas.

A principal crítica encaminhada à *Proposta Curricular São Paulo faz escola* pelo GT da ANPUH-SP foi a depreciação dos saberes históricos em favor das competências aferidas nos sistemas avaliativos em larga escala. Nessa perspectiva, o currículo de História acabou prejudicado pela existência de um “grafocentrismo” que conferiu “[...] à disciplina de Língua Portuguesa o papel de estruturador do currículo, em torno do qual orbitam as demais disciplinas escolares, como penduricalhos secundários a assessorar a disciplina mãe” (CIAMPI et al., 2009, p. 374).

Em função dessa prioridade, o processo ensino-aprendizagem de determinados saberes históricos foram postos em segundo plano na reforma em questão, como a aquisição das noções de tempo, espaço e identidade. Para desenvolvimento dessas habilidades, é necessário que haja domínio das competências leitora e escritora, entretanto, elas não são o ponto de partida desse percurso. Como pontua Ciampi et al. (2009, p. 373),

Justifica-se a escrita e a leitura pela centralidade da linguagem, mas não seria correto justificar a linguagem como aquela que constitui as diversas formas de saberes, entre eles a leitura e a escrita? A linguagem não é meio para acessar o mundo, nem um fim onde o mundo só poderia ser pensado nela mesma, mas uma passagem ou ainda um jogo entre diversos vocabulários que tentam lidar com o mundo”. Na área de História, identificar a autoria de um texto é mais do que localizar o sujeito do ato da fala, é compreender como alguém no seu tempo e em seu espaço elabora determinada visão de mundo, a qual, por isso, deve ser questionada como “realidade linguística”.

Outra fragilidade apontada pelo GT à reforma curricular *São Paulo faz escola* foi a inexpressividade da “cultura escolar”, verificada no cotidiano de professores e alunos. Ao desconsiderar os aspectos culturais, houve na proposição de políticas implementada pela SEE-SP uma inferiorização dos saberes históricos escolares, o que os aproxima da ideia de transposição didática de Chevallard (1991) e concebe os professores como executores do currículo.

O debate encaminhado pelo grupo anpuhano não apresentou apenas um teor crítico, mas propositivo em relação ao ensino de História paulista, por que encaminhou uma série de questionamentos como subsídio para outras análises. “O GT evitou fazer uma crítica pela crítica, mas buscou contribuir para uma leitura do processo em curso e para seus possíveis desdobramentos” (CIAMPI et al., 2009, p. 378). Os pontos levantados por seus intelectuais foram sucedidos por estudos de natureza diversa dedicados à reforma curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História, os quais foram localizados nos Encontros Estaduais já a partir de 2008.

Na ocasião do XIX Encontro Estadual de História da ANPUH-SP “Poder, violência e exclusão”, realizado no ano de 2008, em São Paulo, o Seminário Temático – ST 01

“Ensino de História: memórias, histórias e saberes”, coordenado pelas professoras Helenice Ciampi da PUC-SP e Maria Carolina Bovério Galzerani da Faculdade de Educação da UNICAMP, contou com 19 comunicações divididas em quatro eixos de discussão, de acordo com o quadro 1.

EIXOS TEMÁTICOS	Nº DE COMUNICAÇÕES
História das Disciplinas Escolares e Profissionalização Docente	04
Memórias e Saberes Educacionais	06
Culturas e Práticas Escolares	08
Ensino de História e Linguagens	01

Quadro 1: Seminário Temático – ST 01 “Ensino de História: memórias, histórias e saberes” (2008)

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Desse total, duas comunicações se propuseram a tratar especificamente o ensino de História no programa *São Paulo faz escola*. No Eixo 02, o texto *São Paulo faz escola: um trabalho em aulas de História*, de Mara Cristina Gonçalves. No Eixo 03, a comunicação *Aula Qualitativa ou Aula Quantitativa? Novos Desafios na Aplicação de mais uma Proposta Curricular para o Ensino de História no Estado de São Paulo*, de Patrícia Cerqueira dos Santos.

Diferentemente da perspectiva de investigação adotada pelo GT que elaborou o artigo *O Currículo Bandeirante*, cujo foco esteve nas questões conjunturais da reforma, a comunicação de Mara Cristina Gonçalves (2008), direcionou-se para o cotidiano escolar, com ênfase na prática docente de implementação da proposta com alunos de 5ª série (GONÇALVEZ, 2008).

A autora enfatizou a experiência profissional antes e depois da *Proposta Curricular São Paulo faz escola*. Para Gonçalves (2008), em um primeiro momento, os professores se opuseram à proposta governamental, sobretudo, pela linearidade dos conteúdos históricos e pelo excesso de atividades contidos nos *Cadernos do Professor* de História, o que, na visão docente, diminuía a possibilidade de utilização de recursos diferenciados, além de impossibilitar a percepção da disciplina a partir de questões do tempo presente.

Por outro lado, quando o *Jornal do Aluno* e a *Revista do Professor* (materiais didáticos distribuídos às escolas pela Secretaria paulista antes da chegada dos *Cadernos do Professor* em 2008, os quais deveriam ser utilizados no 1º bimestre letivo) chegaram, os docentes sentiram-se mais satisfeitos. Como pontuou a autora, na visão dos sujeitos, esses materiais romperam com a linearidade temporal da História

e estimularam a utilização de diferentes recursos didáticos em sala de aula e isso foi percebido como algo positivo. Como aponta Gonçalves (2008, p. 4),

Quando o Jornal do Aluno São Paulo faz escola chegou na semana do planejamento, pudemos observar – alegremente – que a proposta curricular apresentada no final de 2007 para História não havia se concretizado naqueles blocos lineares, e o jornal trouxe diferentes linguagens: textos, poemas, e desenho. Os textos permitem um diálogo com a atualidade pelo aspecto das tecnologias. [...]. Isso foi um alívio perante as preocupações surgidas em novembro de 2007.

Apesar de enfatizar o processo de aceitação que a reforma curricular paulista logrou no cotidiano escolar, a autora também procurou enumerar os obstáculos que se colocaram a sua implementação, entre os quais estiveram a superlotação das salas, o excesso de conteúdos para uma carga horária reduzida de aulas de História, o grau de dificuldade das atividades propostas – muitas vezes, em desacordo com o desenvolvimento cognitivo dos educandos –, além da escassez de materiais didáticos como mapas, por exemplo.

De maneira semelhante, a comunicação de Patrícia Cerqueira dos Santos (2008), proveniente das discussões levantadas nas “Oficinas de Ensino de História” promovidas pelo GT “Ensino de História e Educação” e de sua experiência como professora da rede estadual de ensino, apontou os desafios enfrentados pelos docentes no trabalho com o novo currículo.

Referindo-se a questões de ordem conjuntural, a autora denunciou a deterioração da autonomia docente atrelada à responsabilização desses profissionais pelo fracasso educacional paulista. Assim como apontado pelo GT no artigo *O Currículo Bandeirante*, a falta de participação dos professores da rede na elaboração dos textos curriculares foi percebida como um ponto de insatisfação, bem como a carência de capacitação da equipe gestora, responsável pela implementação do novo currículo. Nas palavras de Santos (2008, s/n)

O que o órgão denominou de capacitação dos professores foi o repasse de informações através da imprensa, do site na internet e comunicados via diretoria de ensino, sobre a aplicação da nova *Proposta Curricular* (São Paulo, 2008) que começaria com 45 dias de Recuperação, aplicada em todas as escolas da rede pública estadual paulista de fevereiro a março deste ano. Tal capacitação foi dada por professores das áreas de língua portuguesa e matemática, que receberam algumas horas de orientações técnicas, para transmitirem as mesmas ao conjunto dos demais professores da escola e das diferentes áreas do currículo sobre a nova proposta. [...] a participação possível do professor no processo de elaboração da mesma, limitou-se à abertura de um link, por alguns dias, no site da SEE onde professor enviaria exemplos de atividades desenvolvidas por ele, em aulas, de acordo com os conteúdos propostos no novo currículo.

Adentrando o universo das aulas de História no Ensino Fundamental e Médio, a autora destacou o excesso de conteúdos históricos, o que evidencia o caráter quantitativo da *Proposta Curricular São Paulo faz escola*. Outros obstáculos encontrados foram

as péssimas condições de infraestrutura das escolas e a incompatibilidade teórico-metodológica entre o currículo proposto pela SEE-SP e os livros didáticos disponíveis. Ademais, a pressão pelo alcance das metas educacionais em avaliações externas, acrescida pelo sistema de meritocracia e bonificação, também foram criticados.

As comunicações de 2008 apresentaram algumas aproximações, entre as quais estiveram críticas quanto à falta de participação dos professores na elaboração dos currículos, ao caráter conteudista e imperativo dos materiais didáticos e às dificuldades práticas de trabalho com a *Proposta Curricular*, sobretudo pelo número limitado de aulas, escassez de recursos materiais e superlotação das salas de aula. A progressiva aceitação dos materiais adjacentes à reforma curricular pelos sujeitos educacionais é um ponto que também merece destaque.

Outra congruência entre os trabalhos refere-se à autoria, pois ambos foram construídos a partir das experiências profissionais das autoras como professoras da rede estadual de ensino. Vale destacar que Mara Cristina Gonçalves e Patrícia Cerqueira dos Santos compuseram o Conselho Consultivo da ANPUH-SP em algumas ocasiões do período estudado. A presença dessas professoras nesse espaço deliberativo representa o protagonismo atribuído pela ANPUH-SP às questões próprias da História como disciplina escolar.

Já em 2010, durante o XX Encontro Estadual de História da ANPUH-SP “História e Liberdade”, realizado em Franca-SP, o ST 12 “História, Memória e Ensino de História: diálogo entre diferentes saberes”, novamente sob coordenação de Helenice e Maria Carolina, acumulou um total de 15 comunicações sem subdivisões internas. Dessas, três se propuseram a analisar o currículo implementado pela Secretaria em 2008. São os textos: *Uma Experiência de Aprender e Ensinar História na Escola Pública Estadual de São Paulo (2008-2010)*, de Patrícia Cerqueira dos Santos; *Ensino de História e culturas africanas na Proposta Curricular do Estado de São Paulo: inclusão ou exclusão?*, de Antônio Aparecido Primo e *Currículo de História para Educação de Jovens e Adultos: propostas e materiais didáticos*, de Paulo Eduardo Dias de Mello.

Encontrou-se disponível para a apreciação no endereço eletrônico da Associação apenas o texto completo referente à primeira comunicação. Nele, Patrícia Cerqueira dos Santos (2010, s/n), novamente, apresentou uma abordagem da conjuntura de implementação do currículo, associando-o a uma ordem neoliberal pan-paradigmática, o que “[...] desvaloriza a realidade local e desconsidera as necessidades particulares de cada escola”.

Assim como em 2008, Santos (2010) reprovou novamente a responsabilidade atribuída aos docentes pelos insucessos educacionais. Também permaneceram críticas relacionadas à falta de formação continuada para professores e gestores e às péssimas condições infraestruturais das escolas, principalmente, das unidades periféricas, como a ausência ou precariedade de bibliotecas, salas de leitura e de informática, o que, na visão da congressista, comprometeu a implementação dos currículos para a disciplina de História do *São Paulo faz escola*.

O avanço reflexivo da autora residiu no fato de que, dois anos após o início da reforma curricular, foi percebida uma maior aceitação entre o corpo docente analisado. Para ela, os professores passaram a conceber como positiva a utilização dos apostilados e a padronização dos conteúdos pelo oferecimento de atividades “prontas”, vistas como um “conforto” ante as condições extenuantes da jornada de trabalho do magistério paulista. Em suas palavras,

[...] os Cadernos do Professor, bimestralmente, trazem as aulas prontas, com prazo, conteúdos/temas, competências e habilidades, estratégias, recursos, exercícios (subjetivos e objetivos) com respostas para o professor, produção de textos, pesquisas, avaliação e recuperação, determinados. Frente à atual condição de trabalho em que maioria dos docentes se encontra, lecionando em duas ou mais redes, com uma carga horária semanal de mais de 40hs aulas, em salas de aulas com no mínimo 45 alunos, este material didático veio suprir a necessidade de ter que preparar aulas para diferentes turmas e séries. (SANTOS, 2010, s/n)

Evidencia-se a partir do exposto que em certas ocasiões a reforma curricular foi conveniente ao corpo docente das escolas paulistas, sobretudo, ante a precarização da carreira do magistério. De maneira semelhante às comunicações de 2008, o trabalho de 2010 produzido por Santos (2010) também foi fruto de suas vivências no cotidiano escolar e, por esta razão, representa o elo comunicativo entre o Núcleo paulista da ANPUH e os professores do ensino básico.

Merece destaque no Encontro de 2010 a comunicação de Antônio Aparecido Primo. Apesar de não disponível em forma de texto completo no endereço eletrônico da Associação, o que possibilitaria uma ampliação de sua análise, esse trabalho apresenta-se como uma discussão pioneira sobre a temática afro-brasileira no *São Paulo faz escola*, no contexto posterior à Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) que tornou obrigatória nos currículos da educação básica e no ensino superior o estudo da história e cultura afro-brasileira.

O impacto da reforma curricular no Encontro de 2010 ultrapassou o âmbito das comunicações nos ST, chegando a se configurar como tema de Mesa Redonda “Currículos e reformas curriculares no Estado de São Paulo - autonomia ou controle?”, em que Maria Carolina Bovério Galzerani foi a debatedora. Nessa ocasião, Helenice Ciampi (2010) proferiu a fala *Os currículos por competências e a reforma curricular de 2008 do Estado de São Paulo*, cujo objetivo foi historicizar os movimentos reformistas entre os anos de 1970 a 2008, com foco na ação pedagógica e política dos professores de História.

Em um pronunciamento com o mesmo título da Mesa Redonda, Antonia Terra Calazans Fernandes (2010) considerou a importância de análises da disciplina a partir das dimensões reais da escola, subsidiada teoricamente por Maurice Tardif e André Chervel. Para ela, havia necessidade de valorização dos aspectos relacionados à “cultura escolar” em estudos sobre o *São Paulo faz escola*. Sua apresentação teve como finalidade discorrer sobre a complexidade das relações entre políticas públicas,

currículos, materiais didáticos, além do desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Já em 2012, durante XXI Encontro Estadual de História da ANPUH-SP “Trabalho, cultura e memória”, cuja sede foi a cidade de Campinas-SP, o ST 21 “Memória, História e Ensino de História: diálogo entre diferentes saberes”, tradicionalmente coordenado por Helenice e Maria Carolina, contou com 16 comunicações. Nenhuma delas trouxe em seu título qualquer indício de preocupação em analisar o currículo de História em curso.

Durante essa reunião, o único espaço para reflexões sobre políticas curriculares contemporâneas foi durante o Fórum de Graduação, em que Celso Carvalho, da UNINOVE, e Paulo Eduardo Dias de Mello, representante do GT “Ensino de História e Educação” da ANPUH-Brasil, expuseram o texto *Reformas e culturas escolares: o currículo do ensino médio em São Paulo*. Os subsídios teóricos desses autores, assim como o da maioria dos textos anpuhanos dedicados ao estudo do referido programa, seguiram uma perspectiva cultural de compreensão da escola, reforçando a necessidade de valorização das práticas de alunos e professores.

Seis anos após a implementação dos novos currículos e de seus materiais didáticos, em 2014, durante o XXII Encontro “História: da produção ao espaço público”, realizado na cidade de Santos-SP, o texto *Um Estado educador de seus educadores: o Estado de São Paulo*, de Patrícia Aparecida Bioto-Cavalcanti (2014), foi a única comunicação dedicada ao exame das ações do *São Paulo faz escola*. Inserida no ST 23 “História, memória e práticas educativas no ensino de história, na história da educação e na educação patrimonial”, coordenado por Alexandre Pianelli Godoy e Helenice Ciampi, essa pesquisa apresentou especificidades em relação aos demais trabalhos até então analisados.

A crítica da autora endereçou-se ao controle exercido pelo Estado em seus projetos de formação docente. Para ela, o *São Paulo faz escola* deu prosseguimento à edificação de uma identidade comum a todo o corpo docente estadual, mediante a padronização dos saberes pedagógicos. Desde a década de 1990, a SEE-SP faz uso de plataformas de formação como o Programa de Educação Continuada – PEC, a Teia do Saber (programa de formação continuada docente, lançado pela SEE-SP em 2003) e, mais recentemente, a Rede do Saber que, vinculada à Escola de Formação de Professores Paulo Renato Costa Souza, a qual oferece cursos para os professores ingressantes nos concursos de efetivação, como também aos agentes educacionais da rede.

Bioto-Cavalcanti (2014) compreendeu que a atual reforma curricular também possui uma finalidade formativa do profissional, cuja ênfase incidiu no aumento do desempenho discente em avaliações externas, mais especificamente o SARESP. Essa forma de compreensão apresenta-se como um consenso nos trabalhos dos membros da ANPUH-SP dedicados ao *São Paulo faz escola*, incluindo as asserções dos intelectuais do GT “Ensino de História e Educação” no artigo *O Currículo Bandeirante: a proposta curricular de História no Estado de São Paulo* (CIAMPI et al., 2009).

Também o Fórum de Graduação intitulado *Propostas curriculares e suas implicações na formação e atuação do profissional de história* pode ter abordado aspectos pertinentes ao *São Paulo faz escola*. O debate de Paulo Mello e Lana Mara de Castro Siman, mediado por Antonio Simplicio de Almeida Neto, teve como foco os atuais encaminhamentos e propostas curriculares para a disciplina de História efetuados em âmbitos nacional e estadual. Ainda que não haja referência explícita no título e no resumo do Fórum, a reforma curricular em questão inclui-se nesta temática.

Além desses, não houve trabalhos no Encontro de 2014 que fizeram referência ao *São Paulo faz escola*. Uma das hipóteses para o arrefecimento das discussões sobre o tema é a distância temporal em relação ao início do programa. Passados seis anos da implementação, naturalmente ganharam relevância outros assuntos nos Seminários Temáticos e nas Mesas Redondas das reuniões estaduais. No ano de 2014, por exemplo, dos quatros Seminários inscritos no evento, três dedicaram-se ao estudo da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”.

Nesse ano, distanciando-se da temática *São Paulo faz escola*, a Mesa Redonda “Conhecimento histórico escolar e suas implicações com a história pública”, composta por Adriana Koyama, Diana Vidal e Marcos Antonio da Silva (KOYAMA et al., 2014), centralizou suas discussões na relação entre o conhecimento histórico escolar e as múltiplas formas de produção de narrativas e representações históricas em diferentes espaços sociais e artefatos culturais, como museus, imprensa, cinema, fotografia, jogos, mídias digitais, arquivos, centros de memória, movimentos populares, comissões da verdade e associações.

No XXIII Encontro de 2016, dedicado à História como disciplina escolar (XXIII, ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SP, 2016), foi verificada uma ampliação do número de comunicações dedicadas ao ensino, as quais alcançaram, ineditamente, 21,2% do total de trabalhos inscritos. Apesar dessa expressividade, também não houve nessa reunião trabalhos e atividades preocupadas com a análise das especificidades da implementação do currículo de História *São Paulo faz escola* na rede de ensino.

Outra justificativa para o abrandamento do debate sobre o tema em questão nos Encontros da ANPUH-SP é a falta de diálogo entre os congressistas – representados pelos profissionais do meio acadêmico e pelos professores da educação básica – e a SEE-SP que, ao elaborar as políticas educacionais, pouco ou nada contempla as opiniões anpuhanas. Independentemente das insatisfações da academia e das escolas, a implementação do *São Paulo faz escola* seguiu seu curso normalmente, sem que alterações fossem verificadas nos currículos ou nos apostilados de alunos e professores.

Compartilham dessa perspectiva de compreensão, Carvalho e Russo (2016, p. 208). Para esses autores, não houve mudanças substantivas. Em suas palavras:

Cerca de oito anos após sua implementação e com a modificação de gestão na secretaria de educação os objetivos iniciais ficaram perdidos no tempo. De

permanência é possível identificar a transformação da nomenclatura ocorrida. Assim, a proposta curricular passou a ser denominada currículo oficial.

Historicamente, a voz da ANPUH-SP, representada por professores da educação básica e por pesquisadores do ensino de História não se configurou como um discurso dominante nos espaços de formulação das políticas educacionais. Apesar de inserida em uma conjuntura democrática em que prevalece uma pretensa autonomia das instituições e dos sujeitos, ocorreu seu silenciamento. Desse modo, a ANPUH-SP exerceu uma “não-política”, pois como grupo local exerce uma política com poder reduzido (BAUMAN, BORDONI, 2016). Assim, as ações da Secretaria paulista estão mais atreladas ao pragmatismo curricular necessário à elevação dos indicadores em avaliações externas – o que resulta em melhores condições mercadológicas e financeiras, do que, necessariamente, à ideia de emancipação do educando pelo conhecimento histórico.

Com o passar dos anos e a partir do silenciamento da voz dos sujeitos de interesse nos processos que decidem os rumos das políticas educativas, houve o esfriamento do debate sobre o *São Paulo faz escola* nos Encontros da Associação. Ademais, outras questões, igualmente importantes, passaram a ser discutidas pelos congressistas, como, por exemplo, a proposta de diminuição da carga horária da disciplina escolar, outros projetos de padronização dos currículos, bem como a temática “afro-brasileira e indígena”.

3 | ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Apesar do esmaecimento das discussões sobre a reforma curricular *São Paulo faz escola* e da inexpressividade do diálogo entre a ANPUH-SP e a SEE-SP, há de ser considerada a histórica preocupação com as questões relacionadas ao ensino pela Associação Nacional de História, o que se revela, nos últimos Encontros e Simpósios da entidade, pelo crescente número de Seminários Temáticos, comunicações científicas e diferentes atividades dedicados à História como disciplina escolar.

Essa preocupação também é evidenciada na formação do grupo diretor da Associação, sempre composto por pelo menos um professor cuja trajetória intelectual esteja vinculada ao ensino. Essa forma de organização da entidade, vinculada ao seu histórico posicionamento combativo em relação à disciplina de História, conduz os leitores à compreensão de que existe na ANPUH um ideal de valorização da escola e de aproximação com os professores da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BIOTO-CAVALCANTI, Patrícia Aparecida. **Um Estado educador de seus educadores: o Estado de São Paulo**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XXII, 2014, São Paulo. Anais. Disponível em: <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em 15/07/2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

CANABRAVA, Alice Piffer. A associação nacional dos professores universitários de História. **Revista Brasileira de História**. n. 01, mar. 1981.

CARVALHO, C.; RUSSO, M. H. Políticas educacionais e itinerários de pesquisa: o Programa São Paulo Faz Escola. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, jul/dez. 2016.

CIAMPI, Helenice. et al. O currículo bandeirante: a Proposta Curricular de História no Estado de São Paulo, 2008. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 52, 2009.

_____. **Os currículos por competências e a reforma curricular de 2008 do Estado de São Paulo**. [Mesa redonda]. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XX, 2010, São Paulo. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Confer%EAncias/Helenice%20Ciampi.pdf>. Acesso em 15 jul. 2018.

CORDEIRO, Jaime Francisco. **A História no centro do debate**: as propostas de renovação do ensino de História nas décadas de setenta e oitenta. Coleção Pedagogia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

FERNANDES, Antonia Terra Calazans. **Currículos e reformas curriculares no Estado de São Paulo - autonomia ou controle?** [Mesa redonda]. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XX, 2010, São Paulo. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Confer%EAncias/Antonia%20Terra.pdf>. Acesso em 15 jul. 2018.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago., 2002.

GONÇALVES, Mara Cristina. **São Paulo faz escola**: um trabalho em aulas de História. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XIX, 2008, São Paulo. Anais. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

KOYAMA, Adriana Koyama. et al. **Conhecimento histórico escolar e suas implicações com a história pública**. [Mesa redonda]. ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XXII, 2014, São Paulo. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=721. Acesso em 19 jul. 2018.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A História em questão**: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976.

SANTOS, Patrícia Cerqueira dos. **Aula Qualitativa ou Aula Quantitativa?** Novos Desafios na Aplicação de mais uma Proposta Curricular para o Ensino de História no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XIX, 2008, São Paulo. Anais. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Uma Experiência de Aprender e Ensinar História na Escola Pública Estadual de São Paulo (2008-2010)**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XX, 2010, Franca. Anais. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/index.html>. Acesso em: 28 jul. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Da Educação. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo**: História, São Paulo: SEE, 2008.

_____. **Currículo do Estado de São Paulo**: Ciências Humanas e suas tecnologias. São Paulo: SEE, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-455-9

